

Quilombolas no Sapê do Norte-ES: a territorialidade revivida pela memória¹

Simone Raquel Batista Ferreira²

Resumo

O presente trabalho busca focar a importância da *memória histórica e territorial* das comunidades negras rurais no Norte do Espírito Santo, que vêm adquirindo nova valorização na conformação da *identidade étnica quilombola* e os direitos dela decorrentes. Adquirindo novo sentido, a memória das gerações mais antigas torna-se fundamental para a afirmação da territorialidade destas comunidades, alimentando o processo de reconquista de seus territórios, expropriados a partir dos anos de 1960 pelos monocultivos de eucalipto destinados à produção e exportação de celulose. Este processo vem evidenciando a importância central da memória das comunidades negras locais no reconhecimento de seu *território de direito*, conquistado pelo movimento negro a partir do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (1988).

Palavras-chave: territorialidade, quilombos, memória, identidade

Introdução

Os agrupamentos negros e camponeses que constituem este estudo distribuem-se ao longo dos vales dos rios Cricaré e Itaúnas, majoritariamente nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, no Norte do Espírito Santo. Territorialmente, estão organizados em sítios familiares que mantêm entre si laços de parentesco e compadrio, efetivando redes de trocas, religiosidade, festa, solidariedade e outras práticas que remontam a uma história comum. A memória dos mais antigos alcança os “*tempos do cativo*”, quando seus ancestrais chegavam de algum lugar da África ao Porto de São Mateus, para trabalhar como escravos nas fazendas produtoras de farinha de mandioca. Esta memória também transita pela grande região denominada “*Sapê do Norte*”, que cobria grandes extensões de terras planas cobertas por matas, capoeiras e sapezais, entrecortadas por caudalosos rios e lagoas. O Sapê do Norte configurava este espaço apropriado pelos antigos escravos, que passaram a se constituir enquanto *campesinato* após o fim da escravidão e a desagregação econômica das fazendas

¹ Este texto foi extraído da Tese de Doutorado em Geografia intitulada “*Donos do lugar*”: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES, apresentada à Universidade Federal Fluminense em junho de 2009. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br

² Geógrafa e Mestre em Geografia Humana (USP); Doutora em Geografia – Ordenamento Territorial e Ambiental (UFF). E-mail: sibatista@click21.com.br

escravistas no final do século XIX. A apropriação destas terras e demais recursos da natureza supria sua existência por meio da pesca, caça, agricultura e extrativismo - sob a lógica predominante do *uso comum* -, atividades que eram complementadas pelas trocas comerciais entre si próprios e com os centros comerciais mais próximos, com destaque à cidade de São Mateus. Sua situação de relativo isolamento era favorecida pelo quadro natural da densa floresta tropical e as dificuldades que impunha a sua penetração, acompanhado da resistência dos indígenas Aimorés na defesa de seu território – fatores que deixaram o norte do Espírito Santo em situação quase inatingível pelos grandes projetos de desenvolvimento até meados do século XX.

Os anos de 1960 e 1970 configuram um outro momento recorrente na memória das comunidades negras rurais: foi quando se iniciou a implantação de extensos monocultivos de eucalipto – inicialmente destinados à produção de madeira e carvão, posteriormente à celulose e ao papel –, com forte incentivo do governo militar brasileiro. Este momento configura um marco fronteiro entre os espaços-tempos da fartura e da escassez. A partir de então, efetivou-se a destruição em larga escala da Floresta Tropical Pluvial dos Tabuleiros Terciários através do machado, da motosserra e do trator de esteira - o “*correntão*”. Nos anos 80, foi a vez dos monocultivos de cana destinados à produção de etanol e incentivados pelo Proálcool. Este processo resultou na perda de uma riquíssima biodiversidade, que para essas comunidades locais significou a expropriação da terra, da água, do alimento, dos medicamentos e demais elementos que sustentavam sua existência.. Ademais, resultou na imposição da lógica da propriedade privada do grande capital sobre a apropriação comum praticada pelo campesinato negro. A ausência da titularidade da terra nos moldes da propriedade privada favoreceu a implantação dos monocultivos de eucalipto em larga escala, facilitando a grilagem e a expropriação de seus moradores, forçando-lhes a um intenso processo migratório para as cidades próximas e outros centros urbanos maiores, como a capital do estado. Em meio a inúmeras dificuldades de ali permanecer, os grupos que ali resistem encontram-se hoje “imprensados” em meio à extensão das monoculturas cobertas de agrotóxicos, sem terra para seus cultivos e sem água, onde impera a ausência de horizonte e de vizinhos.

Uma primeira pesquisa mais sistematizada acerca destes agrupamentos negros e camponeses do Sapê do Norte foi realizada no período entre 2002 e 2003, sob coordenação das ONG’s Koinonia (RJ) e FASE (ES)³. Este trabalho possibilitou um primeiro registro quantitativo e qualitativo do imenso universo negro que se encontrava ofuscado pelos territórios do agronegócio da celulose e do etanol.

³ *Territórios Negros do Sapê do Norte*. Pesquisa realizada em 2002/2003 com o trabalho de jovens oriundos das comunidades locais, sob minha supervisão e de Jefferson Gonçalves Correia.

Outras pesquisas contribuíram para registrar as origens destes grupos, suas vivências e impactos sofridos, suas *r-existências* e conformação de identidades (FERREIRA, 2002; OLIVEIRA, 1998). Ao mesmo tempo em que realizavam pesquisas, estes e outros estudos semeavam junto às comunidades do Sapê do Norte o sentido do seu direito ao território – garantido inicialmente pelo Artigo 68 do ADCT (1988) – bem como à reparação dos danos por elas sofridos. Neste sentido, fortaleciam aquelas sementes que já germinavam junto aos grupos de consciência negra e a algumas lideranças locais, conscientes destes direitos.

O trabalho de regularização dos territórios quilombolas do Sapê do Norte iniciado pelo INCRA no ano de 2004 reforçou esta consciência e fortaleceu as certezas do movimento quilombola. Os primeiros estudos enfocaram as comunidades de Linharinho e São Jorge/ Córrego do Sapato/ Morro da Arara, e no ano de 2005, as comunidades de São Domingos/ Santana e Serraria/ São Cristóvão. Metodologicamente, estes trabalhos aliaram a memória local com informações contidas em documentos escritos encontrados em arquivos públicos e bibliotecas, como correspondências governamentais, pesquisas históricas, dados estatísticos e relatos dos viajantes europeus que percorriam o “Novo Mundo” colonizado, principalmente no decorrer do século XIX.

Em caráter inédito, através do Decreto n.º 4.887/2003, o Estado inaugurava uma política pública que reconhecia os direitos destas comunidades, baseados essencialmente em suas memórias: o *princípio da auto-atribuição*, referenciado anteriormente pela Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a respeito de Povos Indígenas e Tribais (1989). Estas memórias históricas e territoriais – sempre presentes, embora por vezes adormecidas acreditando-se de pouco valor – passaram então a incorporar uma grande importância como sustentação dos direitos quilombolas. No momento presente, cada relato busca maiores detalhes, como peças importantes para o entendimento da história vivida e a comprovação da pertença ao território negro do Sapê do Norte.

Memórias do Sapê do Norte

Referir-se ao “*Sapê do Norte*” implica trazer à tona as origens desta denominação. O *sapê* é a vegetação encontrada no *nativo*, que acompanha as *muçunungas* dos Tabuleiros Terciários, protegendo os afloramentos de água subterrânea – nascentes, lagoas e zonas de recarga hídrica. Também é pioneiro após a derrubada, queima e abertura de clareiras dentro da floresta tropical para as roças de mandioca: se a roça não vem, é o *sapê* que desponta na terra, da mesma forma que faz após a colheita. Cobrindo porções dos tabuleiros, era o lugar ideal da “*solta*” do “*animal vacuum*”, o gado. A largueza plana que se estendia ao horizonte, entremeada pelas matas e rios, pelas moradas, seus terreiros e pomares, suas roças. *Sapê* e

floresta constituíam o “*sertão*”, lugar do *uso comum e farto* da terra e demais atributos da natureza: criação de animal, caça, pesca, extração do barro, da madeira, dos frutos, cipós e palhas.

O “*Sapê do Norte*” era o longínquo, ao longo dos vales dos rios Cricaré e Itaúnas, região há muito habitada por agrupamentos negros e camponeses que assim se organizaram e se apropriaram da natureza desde os tempos da escravidão colonial até meados do século XX. Dona Maria, 69, relembra que seus avós maternos eram do “*tempo dos barões*” e viviam numa localidade próxima à sede da antiga fazenda escravista da Cachoeira do Cravo, de propriedade do Barão dos Aimorés. Ao se casar com Seu Aldemar, 75, no ano de 1955, Dona Maria foi morar no Córrego Seco, outra terra próxima dali, onde vivia a família de seu marido. Estes tempos são assim lembrados: “Quando eu casei, era mata pura. Mata, mata, mata! O mundo era um silêncio!” (29.07.2005). O silêncio é a representação da imensidão infinda do misterioso que era a floresta tropical. Sua forte presença ordenava até mesmo os horários de sair de casa: “Tinha que andar nas horas que os bicho não estavam na estrada. Doze hora eles não estavam. O nosso relógio era os pé” (idem). Assim, aprendia-se a conviver com este “*mundo do silêncio*” por meio de uma percepção peculiar, onde a leitura do tempo construída pelo corpo no espaço: o momento das doze horas, quando havia segurança para a saída de casa, era visível e mensurável pela sombra a pino do corpo.

Desta maneira, estes agrupamentos negros rurais - herdeiros da sofrida escravização africana – foram imprimindo suas leituras e histórias de vida no espaço abandonado pelas fazendas produtoras de farinha de mandioca no final do século XIX. Sua história de negritude vem constituindo a *identidade* referente a este determinado espaço por eles apropriado: falar em “*Sapê do Norte*” é remeter-se a este território negro, em suas origens e projeções, onde a memória desempenha papel fundamental:

Não esquecer – é o ponto central da realidade dos grupos negros no meio rural. Tudo que fazem é recusar-se a esquecer. Sua vida, seu mundo, é o da lembrança contínua. Lembrar é refazer os caminhos da memória e através dela instituir a historicidade de grupo e do lugar. Constroem aí, seus ‘lugares próprios’ adequados à expansão da identidade de grupo. Um lugar dotado de força e energia que lhes fornece a substância própria, a razão de sua existência. (GUSMÃO, 1995, p.68)

Dos tempos do “*cativeiro*”

A memória mais longínqua das comunidades negras rurais do Sapê do Norte remete aos “*tempos do cativeiro*”, quando seus ancestrais saídos da África chegavam ao Porto de São Mateus como escravos destinados ao trabalho nas fazendas produtoras de farinha de

mandioca. Esta memória baseia-se em histórias contadas de geração a geração, bem como em vestígios materiais:

– Foi no tempo de meu bisavô. [...] E isso aqui era grossa, ela já passou, foi chovendo, quantos anos, ó, do tempo do cativo! Uma ponte dessa! Essa ponte era igual um assoalho! [...] Todo mundo conhecia por, conhecia não, conhece, por Heliodoro, Córrego do Heliodoro. Tinha essa ponte, dizia “a Ponte do Heliodoro”. [...] Aqui passava carro, passava tudo. Era naquele tempo do escravidão, né. [...] Aqui ia pra São Mateus. (COMUNIDADE SÃO DOMINGOS, 15.10.2005)

Determinadas localidades são identificadas como espaços ocupados pelas fazendas escravistas. Assim, a comunidade de Linharinho traz a memória da fazenda de Dona Maria Rita Cunha da Conceição e identifica em seu território⁴, junto ao Córrego do Caboclo, a localização e os vestígios do antigo cemitério onde eram sepultados os escravos, do engenho onde era processada a cana para a produção de açúcar e aguardente, do curtume onde se tratava o couro do gado, e de um antigo cafezal. Da mesma família veio Mateus Gomes da Cunha, o “Barão dos Aimorés”, que se estabeleceu junto à Cachoeira do Cravo, no rio Cricaré, em território pertencente aos grupos indígenas Aimorés. De sua fazenda, produtora de farinha de mandioca, café e cana, ainda se encontra algumas construções.

Tais evidências arqueológicas da escravidão remetem à ancestralidade negra e africana do Sapê do Norte, e despontam com significado mais importante a partir do reconhecimento deste território como “*quilombola*”. Outros registros deste momento são encontrados em acervos do Arquivo Público e relatos de alguns viajantes do século XIX, como o Príncipe Von Maximilian, da Áustria, que percorreu região do rio Doce ao rio Mucuri, no período entre 1814 e 1817:

À tardinha, chegamos à barra do S. Mateus, rio de tamanho regular, de margens aprazíveis cobertas de mangues [...] e, mais além, de florestas. [...] na margem norte ficava a povoação chamada Barra de S.Mateus, constituída de vinte e cinco casas. O rio desce de florestas seculares, infestadas de tapuias [...]. Aproximando-se oito léguas rio acima, ergue-se a vila de S. Mateus, cuja situação não deve ser muito salubre, devido aos pântanos vizinhos. Tem cerca de 100 casas, possuindo o distrito perto de 3.000 habitantes, incluindo brancos e gente de cor. Apesar de ser uma das vilas mais novas da região de Porto Seguro, acha-se em situação próspera. Os habitantes cultivam grande quantidade de mandioca, exportando, anualmente, 60.000 alqueires de farinha; bem como toras de madeira provenientes das florestas vizinhas. (MAXIMILIANO, 1989[1815]).

Este relato revela que a região de São Mateus caracterizava-se por uma expressiva produção da farinha de mandioca voltada à exportação, realizada nas fazendas movidas pelo trabalho de africanos escravizados e seus descendentes. Desde o século XVI, a produção da farinha de mandioca alimentara o comércio do Atlântico Sul, tornando-se um dos principais produtos de

⁴ O território da Comunidade Quilombola de Linharinho foi reconhecido pelo Presidente do INCRA por meio da assinatura da Portaria n.º 78, de 14 maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 15.05.2007.

escambo no comércio de africanos escravizados (ALENCASTRO, 2000). Ao que tudo indica, a produção de farinha do norte do Espírito Santo parece ter se inserido nesta dinâmica econômica, sendo exportada pelo Porto da Vila de São Mateus, a mesma porta de entrada dos africanos escravizados. A importância econômica da farinha de mandioca para a região norte da Província do Espírito Santo no século XIX pode ser observada pelos dados a seguir:

Tabela 1: Gêneros de lavoura produzidos e exportados em São Mateus e Barra de São Mateus - 1852

	Gêneros	Número de estabelecimentos	Motores				Braços empregados		Produção anual em arrobas
			Vapor	Água	Animais	Homens	Livres	Escravos	
Vila de São Mateus	Farinha	139	-	3	103	33	295	1.163	91.620
	Café	5	-	2	3	-	16	344	7.900
	Açúcar	2	-	-	2	-	3	37	800
Barra de São Mateus	Farinha	105	-	1	38	66	309	355	81.900
	Café	13	-	1	10	2	54	465	24.050
	Açúcar	1	-	-	1	-	-	-	500

Fonte: *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo* José Bonifácio Nascentes d'Azambuja (20/05/1852). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Da mesma maneira, pode-se verificar a expressiva presença negra na população de São Mateus em momentos correlatos:

Tabela 2: População da Vila de São Mateus – 1824 e 1827

Anos	Branco		Índios		Pardos livres		Pardos Cativos		Pretos livres		Pretos cativos		Almas
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
1824	500	603	241	270	358	412	111	154	118	153	1 424	965	5 313
1827	472	475	393	390	500	473	333	333	289	227	1 228	1 133	6 346

Fonte: Vasconcellos, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: APE-ES, 1977. Pesquisa e organização da historiadora Franciele Marinato.

Estes dados apontam, para a Vila de São Mateus no ano de 1824, 3.695 pessoas negras e pardas (69,54%), sendo 2.654 escravos (49,95%). Em 1827, os dados trazem 4.516 pessoas negras e pardas (71,16%), sendo 3.027 escravos (67,02%). Neste sentido, revelam que na década de 1820, a população de origem negra de São Mateus correspondia a cerca de 70 % da população total, enquanto o número de escravos crescia de 50 % para 67 %.

Por todos os lugares onde houve a escravidão, a resistência negra se fez presente (REIS, 1996), reagindo à situação que lhe fora violentamente imposta. Também em São Mateus,

numerosos registros e relatos referem-se às fugas e revoltas escravas⁵. O ambiente da floresta tropical que circundava as fazendas escravistas, com suas matas densas e caudalosos rios, oferecia recantos propícios ao esconderijo daqueles que, não aceitando sua situação escravizada, rebelavam-se ao cativeiro. Estas fugas transformavam os escravos em “calhambolas”, que permeavam as histórias contadas pelos antepassados:

- E o que o seu avô falava mais do tempo da escravidão?

Seu Astério - Ah, ele contava muito é das festas de... Tinha as vez que eles fugia pra mata, de tão apertado fugia, ficava já caiambola [...] virava caiambola porque ficava no mato escondido. [...] É. Escondia na mata. Aí mandava o..., patrão mandava precurar, botava gente para precurar... ficava a semana. [...] É, os escravos fugia, pegava era nome de caiambola. Tava escondido no mato.

- E aqui nas matas de São Domingos tinha muito calhambola escondido?

Seu Astério - Com certeza, era o lugar deles! Ó Córrego dos Negros aí! (COMUNIDADE SÃO DOMINGOS, 21.10.2005).

Esta situação perdurou durante todo o período da escravidão, até o final do século XIX, quando cessou o comércio de africanos como mercadoria. Neste contexto, a farinha de mandioca e outros produtos perderam sua função de “moeda” no escambo negro, deslocando a importância econômica das fazendas do norte do Espírito Santo. Alguns relatos afirmam que o abandono das fazendas por seus proprietários foi acompanhado pela doação de porções de terras e equipamentos aos antigos escravos, principalmente os que haviam constituído famílias, como testemunha a memória:

- Quando o senhozinho abriu liberdade, as bulandera, aquele maquinário todo, ele tudo deixou pros escravo. [...] Eu já consertei lá muito, relei muita mandioca, o dono da bulandeira não era meu sogro? Eu trabalhei muito. [...] Tocava boi, amansava boi aí na bulandeira. Depois a roda de mão, que a gente puxava, depois a roda d'água. Isso aí é que eu sei contar, que eu vi. [...] O sinhozinho mais a sinhazinha deu isso pra eles. [...] Quando acabou a escravidão, eles foram entregando. Alguns ia pagando ... mas naquele tempo era difícil, mas era barato também. (COMUNIDADE SÃO DOMINGOS, 21.10.2005).

Assim como as fugas dos “calhambolas”, a doação de terras e estruturas produtivas aos antigos escravos originaram a formação de um *campesinato negro* na região, que passaram a constituir seu modo de vida por meio da apropriação comum da terra e da floresta.

Os “donos do lugar” numa “terra à rola”: Geo-grafia negra e camponesa

Ainda hoje, a memória traz os tempos da “terra à rola” e a localização da morada dos “véios” e dos antepassados escravizados. Esta memória afirma a *ancestralidade territorial negra* do Sapê do Norte, que reforçada pelas atuais relações de trocas, parentesco e produção,

⁵ Diversos Relatórios de Presidentes da Província encontrados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo apontam a existência de revoltas e fugas escravas na região de São Mateus.

materiais, festivas e afetivas, sela o sentimento de *identidade e pertença territorial* deste campesinato negro:

– Indo aqui pra cima, tudo era morador véio, daí pra cá era, esse da parte do Sapucaia, aqui tudo era morador véio, até a beira do rio! Aliás, o que é, mesmo, dos preto, era de São Mateus pra cá, né. O que faz do rio São Mateus pra cá, tudo era da parte dos nego. [...]

Os nego, era até na faixa ali de Nova Lima, por ali tudo era dos preto. [...] É, o Itaúnas, pra cima, aquelas parte todinha ali era dos nego. Agora, os preto... dentro de São Mateus, eu acho que o lugar que tem mais preto é em São Mateus. Mas aquela parte dos preto ali é tudo daqui dessa parte, mesmo. (COMUNIDADE SÃO DOMINGOS, 16.10.2005)

Com a desagregação das fazendas escravistas produtoras de farinha de mandioca, grande parte destas terras permaneceu até meados do século XX sem configurar propriedade particular e não era valorada como mercadoria pelas comunidades negras rurais. Neste espaço dos “pretos”, a “terra era à rola”, o que designava a vastidão de “terras soltas”, o “sertão” de onde se extraía alimento e outros recursos e se criava o gado “à grané”:

– O gado criava como?

Jorge – A grané.

– É? E era solto, assim?

Jorge – Era, era solto assim.

– E como é que sabia de quem que era qual?

Jorge – Ah, mas todo mundo conhecia o seu. Ele tinha marco. [...] Que naquele tempo, nós tinha gado aqui, todo mundo, pegava gado lá de fora, da beira rio, soltava pr’aí, lá de São Mateus soltava pr’aqui, nesse meio. [...] “era uma divisão só”. Como faz, pra lá ou pra cá, era uma só. Era um deserto só. Animal nosso saía pra banda de fora, ficava pro lado de cá do Santana, até do lado, desse lado do São Domingos animal vinha. (COMUNIDADE SÃO DOMINGOS, dezembro de 2005).

Nestes tempos da “terra à rola”, a criação do “gado era a grané”, isto é, criado solto nas terras de uso comum e cuidado por todos. O caminho trilhado pelo gado definia um espaço conhecido e apropriado pelos moradores do Sapê do Norte - *território*, onde um reconhecia o gado do outro e ora em vez, um morador ia buscar seu gado longe de casa. Da mesma maneira, o percorrer trilhas, caminhos, pontes e rios para a realização das trocas comerciais, práticas de cooperação e dos rituais religiosos e festivos efetivavam esta apropriação, tecendo da *identidade territorial* do grupo.

No exercer de sua territorialidade, o campesinato negro apropria-se do espaço por meio das atividades que configuram a produção de sua existência material, simbólica e afetiva. Nesta apropriação, grafam a terra, ou seja, *geo-grafam* seus espaços de vida (PORTO-GONÇALVES, 2003). Em sua *geo-grafia*, identificam os lugares com denominações que ora se referem as suas características ambientais – como a forte presença da água, referência fundamental para o estabelecimento das moradias das comunidades rurais tradicionais – ora se referem aos seus “*donos*”.

Em vários casos, temos denominações relacionadas à presença e ao uso da água, como nas comunidades de *Cacimba*, *Beira-Rio*, *Chiado*, *Porto Grande*, *Porto dos Tocos* e *Roda D'Água*. Estas denominações parecem indicar a forte e cotidiana presença da água na organização da vida. Assim como a água, outros atributos da floresta tropical estão presentes em diversos nomes de *lugar*, como os *córregos do Angelin*, *das Piabas*, *do Macuco e Sapucaia*, as localidades do *Morro da Arara*, *Morcego* e *Arural* (jacaré de grande porte, que vivia no rio), bem como as denominações indígenas de alguns *córregos* e rios, como o *Jueirana*, o *Cricaré* (*Kiri-kerê*, o “dorminhoco”, referente à sua sinuosidade em grandes meandros, renomeado pela Igreja como rio São Mateus) e o *Itaúnas* (“pedras pretas”).

Quanto aos “*donos do lugar*” eram aqueles ali estabelecidos com sua morada, terreiro e roçados, cuja apropriação era feita sobre antiga área do “*sertão*”. A conquista do “*sertão*” dá origem ao lugar da morada, que a partir de então pertence a um “*dono*”. Diferenciado do “*proprietário*”, a legitimidade do “*dono*” não depende do documento escrito que ateste a propriedade privada da terra-mercadoria, mas sim do *uso* que efetiva na reprodução de sua vida. Os “*donos do lugar*” são aqueles “*de dentro*” deste espaço maior, pertencente a ele e reconhecidos pelos demais moradores, com os quais estabelece redes de identidade:

– Era tudo gente do lugar, também. Tudo antigo, também [...] Era sempre subindo. Cada um lugar tinha aqueles dono, né. Tinha o finado Agripino, o finado Teodoro, era desse povo, aí. Eles tinha essas terra aí pra cima, cada um lugar tinha sua parte de terra. Esses aí, já pra cima já era mata. Já tinha mais mata. Podia ter morador, mas era mais difícil, né. Que era mata pura! (COMUNIDADE SÃO DOMINGOS, 15.10.2005)

A familiaridade com os *lugares de morada* dos vizinhos e compadres, moradores “*vêios*”, dos “*tempos antigos*”, representava o reconhecimento de sua história na terra e lhes atestava a identidade de “*gente do lugar*” e “*donos do lugar*”. Ao mesmo tempo em que criavam seus *lugares específicos*, constituíam parte genealógica do *lugar maior*, da morada de todos, o *lugar* selado pelas redes identitárias de relações afetivas, simbólicas e materiais, constituídas na vida cotidiana.

No Sapê do Norte, algumas localidades receberam o nome dos “*donos*” do *lugar*, como a *Lagoa dos Gracianos*, o *Córrego do Conrado* e a *Lagoa de Benedito*. Ou ainda, os *córregos dos Pretos* e do *Caboclo*, as *lagoas do Mulato* e do *Engenho*, que se referem à presença negra na região, em alguns casos ainda vinculada à escravidão. A *toponímia* reflete, portanto, o viver antigo desta *territorialidade*, e reforça a antiguidade na apropriação deste espaço, testemunho que alimenta o sentimento de pertença e raiz em relação ao que é *território-patrimônio*.

Um grande número de famílias distribuiu-se por este território, ao longo dos rios e *córregos*, revelando redes territoriais vinculadas ao parentesco e às junções familiares oriundas dos casamentos. Algumas delas marcam forte presença no Sapê do Norte até hoje, como é o caso

dos Cardozo, Brandino, Florentino, Alacrino, Jerônimo, Serafim, Valentin, Feliciano, Conceição, Andreza, Rosendo, Purquera, Gonçalves, Alexandrino, Vitória, Aires de Farias e Rosário, cujas genealogias atingem os antepassados escravizados.

Alguns destes nomes referenciados pelos moradores do Sapê do Norte como de ascendência familiar ou vizinhança aparecem, também, no documento *Recenseamento do Brasil – Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado do Espírito Santo (1923)*, oriundo de levantamento realizado no ano de 1920. Este recenseamento constitui um dos registros mais antigos encontrados a respeito da localização e posse das terras pelos moradores da região de Conceição da Barra e São Mateus, lembrados como “véios” pelos descendentes familiares.

Estes tempos da “terra à rola” e dos “véios” são lembrados, ainda, pelas formas de uso e *saberes* nascidos da reprodução da própria existência material, simbólica e afetiva. *Lembrar* é trazer à tona as coisas que se faz e que se fez, o modo como se faz as coisas e como se produz a vida, o modo como se relaciona com a natureza. É pela *corporeidade* que os sujeitos evocam os *saberes* tradicionalmente produzidos nos *lugares*. A *corporeidade* é manifesta como estrutura experimental vivida e como contexto da cognição, onde o *fazer* e o *saber* ocupam o mesmo espaço da existência (ESCOBAR, 2005; TOLEDO, 1992; PORTO-GONÇALVES, 2003).

Enveredar-se pelos saberes do Sapê do Norte implica em caminhar não só pelas práticas construídas na reprodução material da existência, mas também descobrir as escalas do espaço íntimo e afetivo, tecido a partir das relações cotidianas. Enquanto *espaço de significação comum partilhado* pelo grupo (PORTO-GONÇALVES, 2003), o *lugar* é onde se elaboram os *saberes* que caracterizam esta campesinidade etnicamente diferenciada. Os saberes são formas “*experenciais da vida*” (ESCOBAR, 2005), momentos das práticas, da significação e compreensão do mundo que se fazem no *lugar*, espaço afetivo e simbólico da temporalidade cotidiana.

Com estreitos vínculos ao lugar onde são produzidos, os *saberes* selam aspectos da *identidade* do grupo e das formas de apropriação do espaço que constróem historicamente. Imprimem, certamente, marcas singulares desta história no espaço apropriado e configuram-se enquanto *patrimônio*, ainda praticado e transmitido em algumas situações, e guardado na memória em outras. Assim, a *identidade de saberes* reforça o sentido do *território*.

Os laços de *identidade* são tecidos entre as pessoas e destas e de outros seres vivos com o meio. No Sapê do Norte, o sentimento de *pertença ao lugar* era expandido a outros seres vivos e muitas vezes, considerado necessário à sua integração:

Seu Astério – Criava num pasto, num brejo assim. Hoje tem vacina e sal pra nós dar [...], destocar era no rio lá do Cricaré e se chamava destocar, o gado comia aquele pasto com toda aquela saúde.

- O pasto todo mundo usava?

Astério - O lugar ali do Rio São Mateus até Conceição da Barra, a salina para nós levar nosso gado criado, pra nós poder criar eles aqui. O bezerro nascia, nós ia... quando eles ficavam desse tamanho assim, nós levava pro nosso lugar pra destocar, pra ficar amigo do nosso lugar. Se não, nós não podia criar. A benção de quando deus nasceu nesse mundo é nosso lugar. [...] Era um pasto que todo mundo usava, e além disso não precisa nem dar outros tipos de vacina e de remédio, ninguém usava, a não ser a aftosa, antigamente usava a aftosa. Hoje é que usa tanto remédio, pra poder usar no animal por causa de uma doença e de outra, daqui até o rio Cricaré, ficava uns 2 meses e voltava e trazia de novo, aqui pra cá. (COMUNIDADE SÃO DOMINGOS, novembro de 2005)

“Destocar” significava conduzir o gado ao brejo do rio Cricaré e ali o deixar por um tempo, se alimentando bem; assim, o gado “ficava amigo do lugar” e não adoecia. É interessante observar que “ficar amigo deste lugar” significa estar familiarizado com o meio e habitat, da mesma maneira que acontecia com os moradores e seus sentimentos de pertença, devoção e identidade: “nosso lugar”. O ambiente que oferecia ao gado bons capins, também lhe propiciava a cura das doenças: “Antigamente, a vacina do gado era o brejo. Depois, soltava o gado no sapê e ele ficava bom” (Seu Silvestre, 85, Comunidade São Domingos, em 12/11/05).

Nesta relação íntima e intrínseca com a natureza, o aproveitamento integrado dos recursos naturais é guiado pela leitura que fazem da natureza e seu comportamento, onde, criando, experimentando e transformando, elaboram seus saberes específicos. Os atributos da natureza estão presentes em todos os seus elementos, e dentre eles, a terra, principal sustentáculo da produção do alimento: “a terra é viva” e dependendo de sua localização e manejo, pode apresentar diferenças de fertilidade (Seu Anilson, 60, Comunidade São Domingos, novembro de 2005). Assim, a terra da mata é considerada “terra fresca”, ou seja, ainda não foi utilizada para cultivos nem pastagem e possui maior fertilidade que as demais. A fertilidade da terra também é verificada pela presença do “cabelo da terra”: “Porque uma terra, uma terra lavada não dá nada. [...] Só dá na terra que o cabelo é o capim” (idem, ibidem).

Assim como classificam os tipos de terra, as comunidades negras rurais do Sapê do Norte também classificam o tempo, definindo os períodos mais e menos propícios às suas atividades. Tradicionalmente, estes períodos correspondem às fases lunares e à presença/ ausência das chuvas. O período das chuvas, quando os rios enchem, é o momento da desova dos peixes, de deslocar o gado para áreas de maior altitude, de colher mandioca e fazer farinha; enquanto no “sol quente” é o momento de trabalhar fazendo roça. Quanto às fases lunares, a experimentação do Sapê do Norte ensina que os alimentos que produzem embaixo da terra, como raízes e tubérculos, devem ser plantados “no claro”, ou seja, da lua nova à lua cheia; os

alimentos que produzem em cima da terra devem ser plantados “*no escuro*”, quando a lua está a caminho da minguante até a nova:

Dona Joana - Igual olhar a lua, porque o mês, o que faz a mandioca dar boa, é a lua. Se você olhar a lua, se ser na nova, tá bom de plantar mandioca, mandiba? “Tá”. Aí vem, quando tá a nova aqui, você pode plantar, até essa lua encher, cá, fazer cheia no mar. Quando fazer cheia, que der no escuro, você para de plantar a roça. [...] Aí, no escuro, a mandioca já vai minguando, se plantar, só sai aqueles fiapo, né? Aí já vai prantar as pranta de cima da terra, que é feijão, que é escuro. Feijão, milho, abóbora, melancia, esses daí já é do escuro, pra num dar podre, que se nós prantar no claro, igual agora, tá claro, dá tudo bichado. (COMUNIDADE SÃO DOMINGOS, 16.10.2005)

A mandioca destaca-se entre os cultivos temporários das roças e sua longa história de experimentações é ilustrada pela grande variedade de espécies relatada pelos moradores. A cada tipo de mandioca corresponde uma característica diferente, como ser mais ou menos venenosa, ter goma e ser boa pra fazer farinha, produzir mais ou menos rápido, e em maior ou menor quantidade. Assim, quem está fazendo uma roça de mandioca, escolhe o tipo que melhor atende suas necessidades. A produção da *farinha de mandioca* e do *beiju* é realizada nas “*casas ou cozinhas de farinha*”, “*quitungos*” ou “*farinheiras*” - estruturas mais artesanais ou mais mecanizadas – e envolve toda a família, desde a colheita da mandioca até a torrefação nos fornos movidos à lenha. Este encontro concretiza a transmissão dos saberes relacionados a esta produção tradicional, um momento em que diversas trocas se fazem, como a de “*colocar as conversas em dia*”, comentar fatos cotidianos e se informar a respeito da família.

No entanto, grande parte das espécies de mandiocas não se encontra mais no Sapê do Norte, resultado da implantação das extensas monoculturas de eucalipto e cana-de-açúcar, que provocaram a destruição da biodiversidade da floresta tropical, a perda dos atributos da fertilidade do meio, e a exigüidade de terras para os cultivos. As possibilidades de cultivos também sofreram diminuição, em virtude do ritmo mais rápido e intenso que se tornou obrigatório ao uso da terra: os cultivos que demandavam um tempo maior de permanência na terra tiveram que ser abandonados, pois uma mesma pequena terra tem que ser continuamente utilizada. O abandono destes cultivos significa, também, seu esquecimento ou não-conhecimento pelas gerações mais jovens, interrompendo a transmissão de saberes. Desta maneira, a *mono-cultura* estabelece-se em todos os níveis, impondo a perda da *diversidade biológica* da floresta e dos alimentos, e a perda da *diversidade de saberes*. Dentre os diversos tipos de mandioca citados pelos moradores do Sapê do Norte, ainda existem a Mucuri Macaco, a Brancona, a Unha e a Ouro (que carregam), a São Pedro Pampa (branca e preta), a São Pedro Mirim (é mais rápida e dá em terra fraca), a Olho de Pombo (serve como mandioca e aipim, é rápida e boa para farinha). Dentre as mandiocas antigas, que não se encontram mais,

estão a Caiabana, a Caravelas, a Doce, a Pereira-pau, a Mucuri-Mangue, a São Pedro Branca, a Branquinha, a Roxinha, a Rio Grande e as venenosas Camamum, Santinha e Ciricora.

“Acabou o nosso lugar”

“- Era um lugar bom. Bom, mesmo! Hoje, pra quem viu isso aqui, né, e alcançou, tá vendo isso aqui? Agora, acabou. Acabou o nosso lugar.” (Seu Domingos, 68, Comunidade São Domingos, 15.10.2005)

Conjugada com os *saberes* e *fazeres* que permanecem, a *memória* retoma, afetivamente e politicamente, o sentimento das perdas historicamente vivenciadas e alimenta a indignação frente a este processo. Inseridos em meio aos extensos plantios de eucalipto e cana do agronegócio da celulose e do etanol, os povos do Sapê do Norte experienciam a situação denominada por eles de “*imprensamento*”. A categoria “*imprensado*” vem em contraponto à categoria “*terra solta*” ou “*terra à rola*” e expressa a invasão que os moradores sofreram em seu território, situação originada pela expropriação de seu universo material e simbólico, pela concentração fundiária e degradação ambiental produzidas pelo capital, e que se projeta às novas gerações como falta de horizonte. Contrapondo-se à situação de “*imprensamento*”, a memória do “*lugar bom*” ativa emoções e uma profunda nostalgia dos tempos de outrora:

- Antigamente era tudo assim, igualzinho a bagem de feijão. Casa ali, casa lá, ia tudo, ia os animais [...]. Teve um tempo que era tudo misturado. Mas depois que apareceu essa gente de Aracruz, o eucalipto, é que foi ficando cada um com o seu, não podendo encostar que logo ali um vinha, cada um não podia ter uma vaca solta, não podia entrar pra dentro do eucalipto [...] Tem cerca aqui, tem cerca ali, tem cerca lá e tem cerca cá. E eu estou aqui nesse meio.[...] (Seu Amadeus, 85, Córrego de Santana, 25.10.2005)

Viver “*igualzinho a bagem de feijão*” era viver próximo, ter vizinhos. A implantação das grandes monoculturas de eucalipto por empresas subsidiárias da Aracruz Celulose S.A., por meio da aquisição das *terras tradicionalmente ocupadas de forma comum* trouxe a lógica da propriedade privada e individual, onde o direito de apossamento da terra não mais está no costume, mas no papel. Este processo forçou a migração de muitas famílias desta região para núcleos urbanos locais e regionais – como as cidades de Conceição da Barra, São Mateus, Linhares e Serra - bem como a capital do estado, Vitória, onde ocuparam áreas até então periféricas e sem infra-estrutura básica, como os manguezais e morros.

A chegada dos monocultivos de eucalipto dá-se por meio de derrubadas de grandes áreas de floresta nativa com o “*correntão*”, engrenagem formada por dois tratores de esteira unidos por uma grossa corrente. Ao derrubar a floresta tropical, o “*correntão*” não só carregava as árvores e demais vegetações, como também esmagava os animais que não conseguiam fugir:

- Mas os terrenos [...] tinham [...] mata nativa, floresta?

Caboquinho – Mata nativa! Tinha! Mata nativa! Quebrava, quebrava tudo! Até hoje eu sinto uma falta, uma revolta tão grande... Mata purinha! Aí ela pegava com o correntão e quebrava tudo! E a gente, quando eles chegava assim, era paca, era tatu, era veado, era tudo, os bicho ficava entocado tudo, fazia dó, preguiça! [...] Malvadeza!

-E essas madeiras da mata, ela fazia o que com elas?

Caboquinho – Queimava. (Comunidade do Angelin, 05.05.1999)

A destruição da floresta pelo “*correntão*” provocou a perda de uma enorme diversidade biológica e de reservas hídricas, o que significou para as comunidades negras do Sapê do Norte um forte impacto sobre seu modo de vida, sustentado no uso da floresta. Desestruturando profundamente o equilíbrio ecossistêmico da floresta tropical atlântica, a implantação dos monocultivos industriais de eucalipto em larga escala também monopolizou a terra, impondo a lógica da propriedade privada sobre o antigo *território de uso comum* e inviabilizando as roças camponesas de alimentos e a criação de animais “*a grané*”.

Este processo pode ser também demonstrado por dados dos censos agropecuários do IBGE. Os dados referentes ao Uso da Terra indicam que até os anos 1970, as lavouras temporárias e matas naturais sobressaíam nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, que passaram a decrescer a partir de 1975, dando lugar às áreas de “*matas plantadas*”. Da mesma maneira, os dados referentes aos Grupos de Área Total apontam que até os anos 1970, predominavam os estabelecimentos rurais com até menos de 100 hectares, que então passaram a ceder espaço aos estabelecimentos maiores de 1.000 hectares, concentrados na mão de poucos proprietários.

O desequilíbrio ecossistêmico provocado no habitat original da floresta tropical revela-se no novo comportamento deste ambiente. A perda da rica diversidade biológica de flora e fauna é acompanhada da perda da fertilidade do solo, da proliferação de insetos sem predadores naturais e da escassez gradativa de água.

O manejo dos monocultivos, sem rotatividade ou pousio, e realizado com uma enorme quantidade de insumos químicos e agrotóxicos, deteriora ainda mais a vida biológica do solo, destruindo sua fertilidade natural. Outrossim, os produtos utilizados para combater insetos que atingem a monocultura – como cupins e formigas – e para propiciar a reposição de nutrientes aos solos já esgotados, atingem os cursos d’água superficiais e subterrâneos, provocando sua contaminação. Este fato é testemunhado pelas comunidades negras do Sapê do Norte, ao terem algumas de suas criações envenenadas:

– Nós tinha pra mais de umas 300 cabeça de porco! Então, os porco saiu, escapuliu, que a manga tinha um buraco na cerca, saía, né. Aí, a roça mais longe, aí a gente só viu eles beber aquela água, assim, da chuva, que eles tinha botado veneno, né. Aí os porco danou a morrer [...]. (COMUNIDADE SÃO DOMINGOS, 15.10.2005)

Da mesma maneira, o uso desenfreado de agrotóxicos gera suspeitas quanto aos danos à saúde dos moradores: “Que esse veneno, ele escorre muita água pra margem do córrego, e esses veneno brabo que a Aracruz bota assim, aquilo prejudica a vista das pessoa” (Comunidade de São Domingos, em 16.10.2005).

Além da contaminação, os monocultivos de eucalipto provocaram a morte de inúmeros cursos d’água do Sapê do Norte. Isto decorre, principalmente, de 2 fatores: o elevado consumo requerido pelos plantios, projetados em laboratório para crescer rápido e ser cortado ainda jovem, sem tempo de retornar ao ambiente a água e os nutrientes que absorveu do solo; e a localização destes plantios sobre antigas áreas de matas ciliares, que têm por função a proteção dos cursos d’água.. Ademais, estes monocultivos apresentam menores índices de transpiração e armazenamento de água que a floresta, o que resulta num balanço hídrico negativo. A gradativa escassez hídrica provocada neste ambiente genuinamente de elevada umidade é testemunhada por diversos moradores: “Depois que o eucalipi chegou, acabou com esses mato, acabou até com as comida dos boi... eles araram tudo para plantar o eucalipi. E o eucalipi, o eucalipi derrotou com nós do lugar porque... comeu as água toda” (Comunidade do Angelin, em 03.05.1999).

As alterações ambientais e fundiárias impostas pelos monocultivos vêm interferindo diretamente nas práticas produtivas das comunidades negras rurais do Sapê do Norte. Seus referenciais tradicionais de produção passam a sofrer incertezas, uma vez que o meio não se comporta mais como antes. O ressecamento e contaminação da terra diminuiram a fertilidade natural do meio, prejudicando a quantidade e a qualidade da produção agrícola de alimentos. O uso da tradicional das terras dos brejos para alguns cultivos de roça, como o arroz, passou a ser proibido pelos órgãos ambientais, que as consideram áreas reservadas à preservação. A ausência da floresta e a degradação das águas significaram a diminuição na oferta da proteína animal e frutos. Estes fatores tornaram pouco diversificado o calendário produtivo das comunidades negras do Sapê do Norte, com a concentração de poucos alimentos em determinados períodos e ausência quase completa em outros. Sob a situação do “*imprensamento*”, grande parte dos alimentos são produzidos nas exíguas áreas de roças e nos quintais ou “*terreiros*”, espaço onde predominam os cultivos das frutíferas e a criação de galinhas, além de estruturas de trabalho como fogões à lenha e casas de farinha.

Ainda assim, as famílias que permaneceram em *suas* terras concretizam formas singulares de *resistência territorial* frente ao processo de expropriação, que se explicitam nas redes de relações que teimam em afirmar a *apropriação do território*: como os sítios que, mesmo em meio aos extensos “*talhões*” da monocultura do eucalipto, fazem da terra o “*chão da morada*” (WOORTMANN, 1990); como os deslocamentos feitos para a exploração dos recursos e as trocas comerciais; como os rituais religiosos e festivos de devoção, que selam

ricos momentos de encontro, afetividade e identidade; como os saberes herdados e transmitidos a respeito dos ciclos produtivos da natureza e da cura.

Tais formas de resistência alimentadas pela memória territorial configuram, de fato, *r-existências*: “posto que não se reage, simplesmente à ação alheia, mas sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo”. (PORTO-GONÇALVES, 2006). Neste sentido, são essenciais como fundamentos da organização em prol da reconquista do território quilombola.

Considerações Finais

As memórias das comunidades negras rurais aqui relatadas nos trazem todo o processo histórico e territorial vivenciado por elas no Sapê do Norte-ES. Conjugadas a outros documentos escritos, pode-se observar que estas memórias trazem uma riqueza de informações detalhadas, oriundas de vivências próprias e experiências, e possibilitam desenhar este território negro, desde suas origens até os dias atuais.

A riqueza testemunhal da memória das comunidades negras torna infundados quaisquer questionamentos acerca da adoção do princípio da *auto-atribuição* como principal orientador dos procedimentos de identificação de territórios quilombolas. Afinal, aqueles que vivem determinadas histórias em determinados espaços são os que devem indicar a extensão e profundidade de seus próprios territórios, construídos através dos tempos por relações específicas de apropriação e formas de *r-existência*.

A adoção da *auto-atribuição* como premissa do reconhecimento de qualquer grupo étnico representa um profundo respeito às histórias vividas por estes grupos, que podem ser conhecidas somente através de sua memória.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe. 2000. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Cia. Das Letras.

APE-ES. **Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo José Bonifácio Nascentes d’Azambuja** (20/05/1852).

Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

Decreto Presidencial n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003.

ESCOBAR, Arturo. 2005. *O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?* In: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO.

FERREIRA, Simone R. Batista. 2002. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana apresentada à Universidade de São Paulo.

FERREIRA, S.R.B. *et alli*. 2005. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial da Comunidade Quilombola de Linharinho – Conceição da Barra-ES**.

_____. 2006. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial da Comunidade Quilombola de São Domingos e Santana – Conceição da Barra/ São Mateus-ES**.

GUSMÃO, Neusa M. 1995. “*Caminhos Transversos: Território e Cidadania Negra*”. In: O’DWYER, Eliane C. (org.). **Terra de Quilombos**. Rio de Janeiro: ABA, p.61-78.

IBGE. **Censos Agropecuários 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996**. Rio de Janeiro.

KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço. 2002/2003. **Pesquisa Territórios Negros do Sapê do Norte-ES**. (mimeo)

MAXIMILIANO, Príncipe Von. 1989[1815]. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. 1989. **Convención n.º 169 – Convenio sobre Pueblos Indígenas y Tribales**.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2003. **Geografando, nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o Seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: Ibama/ MMA.

_____. 2006. “*De Saberes e Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana*”. **Geographia** Ano VIII, n.º 16: 41-56. Niterói: Eduff.

TOLEDO, Victor. 1992. “*What is Ethnoecology? Origins, scope and implications of a rising discipline*”. **Etnológica** Vol1, n.º 1, pp.5-21. México.

VASCONCELLOS, I. A. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Vitória: APE-ES, 1977.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. 1923. **Recenseamento do Brazil – Relação dos proprietários dos estabelecimentos ruraes recenseados no estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística.

WOORTMANN, Klaas. 1990. “*Com parente não se negueia*”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico** 87. Brasília: Ed. UnB/ Tempo Brasileiro, p.11-73.